

Sobre ilegalidades

Desde o Plano Cruzado, quando os agentes econômicos burlaram o congelamento e não foram punidos, institucionalizaram-se no País dois fenômenos insólitos, o do desabastecimento e o do ágio, um complementar ao outro, ambos a serviço da mesma causa, o ganho marginal, ilegal.

Pode-se objetar, com razão, que os agentes econômicos não podem ser levados ao prejuízo pela intervenção do Estado, o que justificaria a ilegalidade. De fato, é abusiva a intervenção do Estado quando ela se dá incompetentemente, causando prejuízo, algo inaceitável no sistema econômico que praticamos. Todavia, a marginalidade também é um erro, com o agravante de que legitima o erro praticado pela autoridade pública. Quando as duas partes erram, uma não pode mais se opor à outra. E precisamente isto o que ocorre, no momento, na relação entre o Governo e os agentes privados do processo econômico.

A indústria automobilística tem saído na liderança do acúmulo de erros que deforma e vicia as relações econômicas e políticas no País. Desde o Plano Cruzado praticamente não se verificou mais um só período de normalidade na oferta de veículos — o desabastecimento e o ágio passaram a ser uma constante. Neste momento não há veículos novos nos pátios das revendedoras autorizadas, mas há, e muitos, nas agências não autorizadas, que cobram ágio à luz do dia. Ora, é evidente que as montadoras não vendem carros às revendedoras não autorizadas. Se elas os possuem é porque a eles tiveram acesso via autorizadas, que os repassam em troca de um lucro adicional.

Por outro lado, as montadoras afirmam terem reduzido a oferta de veículos — o que favorece o mecanismo marginal vigente — por falta de peças, cujo abastecimento, por sua vez, é irregular por força da defasagem de preços. Ora, se o preço é insuficiente — e isso pode ser demonstrado fora de qualquer dúvida —, cabe às montadoras apelar ao Poder Judiciário contra a opressão do Executivo, porque a este não é permitido obrigar alguém a ter prejuízo. Preferem, porém, optar pela marginalidade que acaba viabilizando todo o processo das relações internas no País.

Isto precisa mudar. O Brasil é grande demais para funcionar assim, com tanta informalidade e descompromisso com as regras que regem uma sociedade jurídica e politicamente organizada. O País precisa funcionar segundo as leis e segundo a ética da relação social civilizada.

Infelizmente, da parte do Governo os exemplos não são construtivos. A política de preços ainda funciona segundo a vontade de uma pessoa, o ministro da Fazenda, que determina livremente, segundo o seu próprio critério, a forma como as empresas devem operar, se com prejuízos ou não. As empresas, por sua vez, também agem autoritariamente, percorrendo caminhos obscuros, tão ilegais quanto aqueles que o Governo percorre. Por que não vão todos à Justiça dirimir as suas contendas?

O Brasil precisa retornar urgentemente ao estado de direito, porque fora dele não há solução para nada nem para ninguém.